

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER REFERENCIAL Nº 06/2024

CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS POR
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ATA — MINUTA
PADRÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS
RESOLUÇÃO CONIMS Nº 143/2023

I - EMENTA

Direito administrativo. Licitação. Pregão. Formação de registro de preços para aquisição parcelada de bens comuns. Minutas Padronizadas do Edital e Ata. Exigências formais a serem observadas.

II – DOS FATOS

Trata o presente de PARECER REFERENCIAL elaborado para o fim de orientar o Setor de Licitações e Contratos a legitimar as contratações manejadas em nome deste CONIMS, no âmbito de Editais de Pregão que adotam o Sistema de Registros de Preços para aquisição de bens comuns.

III – DO PARECER

O presente Parecer está fulcrado nos artigos 81 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e da Resolução CONIMS nº 05/2024, que estabelecem regras e diretrizes sobre o **sistema de registro de preços** - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, bem como da Resolução CONIMS nº 078/2023, que dispõe sobre o **Pregão**, sob a perspectiva do emprego de **Minutas Padronizadas e Pareceres Jurídicos Referenciais**, na forma do artigo 53, §5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com redação análoga no artigo 3º, §1º, inciso I, da Resolução CONIMS nº 58/2023 (sobre pesquisa de preços) e artigo 23, III da Resolução CONIMS nº 60/2023 (uso de minutas aprovadas pela Assessoria Jurídica), no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS.

Conforme estabelece a Lei Federal 14.133/2021, inciso IV, do art. 19¹, os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de **materiais**, de obras e serviços e de licitações e contratos **deverão instituir**, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, **modelos** de minutas de editais, de termos de referência, de contratos

¹ Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

padronizados e de outros documentos; e o § 1º do art. 25² explicita que sempre que o objeto permitir, a Administração **adotará minutas padronizadas de edital** e de contrato com cláusulas uniformes.

Para além da adoção de minutas de Edital de Pregão, pelo Sistema de Registros de Preços, cabe ao agente competente a ponderação de uma série de fatores, que embora sejam de caráter discricionário, ficam desde já alertados, uma vez que, como regra, o processo de contratação não mais será submetido ao crivo dessa Assessoria.

Trata-se de elementos da fase preparatória, usualmente identificadas pelo setor do qual surgiu a demanda, juntamente com o Setor de Licitação, com autorização do Presidente/Secretaria Executiva do Consórcio, senão vejamos:

- a) Planejamento da contratação, compatível com Plano de Contratações Anual;
- b) Elaboração de Estudo Técnico Preliminar³ ou justificada a sua dispensa

² Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

³ CAPÍTULO IV da Resolução CONIMS nº078/2023:

FASE PREPARATÓRIA

Art. 7º A fase preparatória do processo licitatório deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, e com as normas orçamentárias, bem como indicar considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido, quando não dispensado, justificadamente, pela simplicidade do objeto;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - Apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento; V - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

VI - a elaboração do edital de licitação;

VII - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VIII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

IX - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

X - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira e as regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

XI - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, quando necessária; XII - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, se tiver caráter sigiloso.

§ 1º O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação e conterá:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

- c) Identificação do objeto como bem comum;
- d) Identificação da razão pela qual o SRP é adequado ao caso;
- e) Identificação da inclusão do objeto no Catálogo Eletrônico de padronização de Bens;
- f) Enquadramento dos Municípios como interessados ou Participantes;
- g) Adoção prévia, ou não, de procedimento público de intenção de registro de preços;
- h) Indicação do total a ser adquirido ou justificada a sua impossibilidade, nos termos da Resolução nº 005/2024;
- i) Indicação de dotação orçamentária, com elemento de despesa compatível com o objeto;
- j) Indicação da quantidade máxima de cada item;
- k) Justificativa da divisão do objeto em lotes;
- l) Demais exigências do artigo 5º da Resolução CONIMS nº05/2024⁴;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de empregados para fiscalização e gestão contratual; XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo, justificada a não indicação dos demais.

§ 3º O **termo de referência** é o documento **necessário** para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes elementos:

I) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

II) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

III) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IV) requisitos da contratação;

V) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

VI) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo CONIMS;

VII) critérios de medição e de pagamento;

VIII) forma e critérios de seleção do fornecedor;

IX) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

X) adequação orçamentária;

⁴ Art. 5º. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de Preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de formalização de nova ata se o primeiro colocado deixar de atendê-la durante sua vigência, de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 1º A quantidade estimada e a máxima indicadas no Edital resultará dos pedidos de demanda dos Municípios consorciados e/ou demanda própria do CONIMS. § 2º A quantificação da demanda informada pelos Municípios decorre de análise e planejamento do ente consorciado, acerca do qual o CONIMS não tem poder de ingerência

- m) Formação do preço a partir de análise criterioso e formação de cesta de preços, na forma da Resolução CONIMS nº 58/2023;
- n) Previsão de Cadastro de Reserva, na forma do artigo 10º da Resolução CONIMS nº 05/2024;
- o) Análise das vantagens de prorrogação da Ata, com indicação expressa do quantitativo;
- p) Análise das vantagens de conversão da Ata em Contrato, com indicação expressa das condições;
- q) Identificação dos requisitos de habilitação compatíveis com a natureza do objeto, na exata medida da necessidade, sem a instituição de rigores injustificados limitadores de participação;
- r) Identificação de gestor e fiscal de contrato/ata com formação compatível com o objeto, quando necessário;
- s) Justificativa técnica para a indicação de marcas ou modelos;
- t) Compatibilidade e necessidade de apresentação de amostras ou submissão do bem às avaliações técnicas, como fase de habilitação ou de recebimento de produto;
- u) Termo de Referência **completo**.
- v) Adoção da modalidade presencial de pregão, devidamente justificada;
- w) Aplicação da reserva de quotas às micro e pequenas empresas ou justificada a sua exceção.

DA PREMISSA

Somente se superados os pontos acima mencionados, com autorização expressa do Presidente para abertura do certame (fase externa), é que se pode promover a publicação do Edital, seguidas as fases descritas no artigo 6º da Resolução CONIMS nº 078/2023:

PROCESSO LICITATÓRIO

Art. 6º A licitação na modalidade pregão será conduzida pelo pregoeiro e observará, em regra, as seguintes fases sucessivas:

I - preparatória;

II - divulgação do edital de licitação;

III - apresentação de propostas e lances;

IV - julgamento;

V - habilitação;

VI - recursal; e

VII - homologação.

Parágrafo único. A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto e justificado no edital de licitação.

O presente parecer referencial se refere à adoção de minutas em que as fases são observadas na regra e ordem dos incisos do artigo 6º supra.

DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O presente Parecer Referencial se refere à análise e elaboração da Minuta Padronizada do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico, no regime do Sistema da Registro de Preços, e da respectiva Ata, os quais integrarão o presente na forma de anexos, com aprovação da Secretaria Executiva.

Com esse Parecer Referencial, permite-se uma maior agilidade na tramitação dos processos referentes às contratações com objeto definido, ficando dispensada a remessa dos autos à Assessoria Jurídica para fins de análise e manifestação, salvo se houver dúvida fundada do Setor de Licitações e Contratos quanto à adoção de minuta padronizada ou quanto a algum ponto peculiar.

Para saná-la, o Setor competente deverá encaminhar, de forma expressa e mediante justificativa, requerimento à Assessoria jurídica para certificação quanto à utilização do modelo e sua adequação ao objeto pretendido ou indicando no que consiste a peculiaridade que mereça apreciação individualizada.

Para a **adoção** da Minuta padronizada exige-se o cumprimento das Listas de Verificação acima e a utilização das Minutas Padronizadas de **Edital, Termos de Referência, Atas e Termos Aditivos** em anexo, para a completa adequação a esse, observada a devida publicidade, inclusive no PNCP.

A) Elementos FIXOS

O Edital do Pregão, com seus anexos, deve conter, necessariamente, todos os elementos indicados no artigo 8º da Resolução CONIMS nº 078/2023:

*“Art. 8º O edital de licitação **conterá** as seguintes informações, dentre outras:*

I - a descrição do objeto, de forma sucinta e clara,

II - o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

III - a indicação do regime de execução, dos prazos e condições para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação, e das condições de seu recebimento;

IV - o critério para julgamento;

V - o critério de aceitação das propostas, com parâmetros objetivos, inclusive o valor estimado ou valor máximo aceitável, ressalvado o orçamento sigiloso, justificada a opção;

VI - as condições de habilitação;

VII - os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

VIII - os prazos e condições de pagamento;

IX - os critérios de reajuste e de repactuação de preços, se for o caso;

X - os prazos e condições para assinatura do contrato, ata de registro de preços ou retirada dos instrumentos equivalentes;

XI - as sanções para o caso de inadimplemento;

XII - as instruções e normas para impugnações, solicitações de esclarecimentos e interposição dos recursos;

XIII - a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e esta Resolução;

XIV – a indicação nominal do fiscal e gestor do contrato/ata de registro de preços.

§ 1º São anexos obrigatórios do edital, o termo de referência e a minuta do contrato ou ata de registro de preços a ser firmado entre as partes e, em se tratando de licitação compartilhada, a indicação expressa do Município contratante.

§ 2º O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, de caráter sigiloso, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do edital de licitação.”

B) VARIANTES:

Na adoção da minuta padronizada, o Setor de Licitação deve se atentar ao fato de que certos objetos exigem adaptações peculiares, tais como formas de entrega distinta; qualificações específicas, existência ou não de garantias, obrigações do Contratado pertinentes ao objeto e respectivas sanções pecuniárias e elas moldadas, dentre outras variantes, as quais devem ser postas ao crivo dessa Assessoria Jurídica quando não se enquadrarem, com perfeição, à minuta base.

Ademais, toda e qualquer dúvida jurídica deve ser submetida à Assessoria Jurídica, não sendo o pregoeiro ou equipe de apoio aptos, por formação, a dirimi-las, sob pena de responsabilidade.

C) DOS ANEXOS OBRIGATÓRIOS

Na forma da normativa aplicável, são anexos obrigatórios do edital, o termo de referência e a minuta do contrato ou ata de registro de preços a ser firmado entre as partes e, em se tratando de licitação compartilhada, a indicação expressa do Município contratante.

D) DOS TERMOS ADITIVOS DE ATA E CONTRATO

No caso de **Atas** de Registro de Preços, os Termos Aditivos somente podem abarcar as seguintes situações, observada a devida publicidade, sendo vedado o aumento/redução de quantidade:

- a) Prorrogação de prazo, nos termos do Edital
- b) Cancelamento de item/preço registrado;
- c) Troca de marca
- d) Reequilíbrio Econômico Financeiro;
- e) Cancelamento da Ata

Como aditivos que são, sugere-se devam ser elaborados pelo Setor de Licitações e não pelo setor de compras, de maneira informal.

Para tais alterações, necessário observar o disposto na Resolução CONIMS nº05/2024, em especial seus artigos 13 a 19.

Nas alterações que exijam apresentação de documentação complementar, especialmente as de alteração de marca, deve-se se atentar a natureza do objeto, sua regulação por órgãos e normativas específicas, especialmente, os materiais hospitalares e medicamentos e demais bens de uso sanitário.

Convertida a Ata em **Contrato**, somente se houver previsão no Edital, que também indicará suas condições, os Termos aditivos passam a permitir varrições quantitativas, na forma do artigo 22 da Resolução CONIMS nº05/2024:

*“Art. 22º. A possibilidade de contratação com os fornecedores registrados na ata **deve estar prevista no Edital e será formalizada**, no prazo de validade da ata, por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*§1º Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços **poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.***

*Art. 23º. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será **estabelecida no edital** ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.”*

E) DA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

A responsabilidade pela correta instrução dos processos de que trata esse Parecer, com toda a documentação necessária e sua regularidade, bem como pela adequação de planilhas de quantitativos, valores, dotações orçamentárias, cálculos e especificação técnica do objeto, será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos respectivos documentos.

Sendo assim, as minutas padronizadas encaminhadas para aprovação revelam-se importantes e poderão ser implementadas como ferramentas de garantia dos princípios da legalidade, da celeridade, da padronização, da desburocratização e da supremacia do interesse público.

IV - DOS ANEXOS

Foram submetidas à análise neste Parecer Referencial as seguintes minutas:

Minuta Padrão – Estudo Técnico Preliminar	Anexo I
Minuta Padrão – Edital	Anexo II
Minuta Padrão – Termo de Referência e anexos	Anexo III
Minuta Padrão – Ata de Registro de Preços	Anexo IV
Minuta Padrão – Contrato	Anexo V
Minuta Padrão – Termo Aditivo de Ata Cancelamento de item Alteração de Marca Reequilíbrio Econômico Financeiro Prorrogação de Vigência	Anexo VI

V - CONCLUSÃO

Face ao exposto, encaminha-se este Parecer Referencial com sugestão de minutas padronizadas, com objeto definido à Autoridade Superior, para sua análise e, sendo o caso, aprovação com adoção obrigatória pelo Setor de Licitações e Contratos.

Pato Branco, 10 de maio de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
Assessoria Jurídica – CONIMS
OAB/PR 35.313

De Acordo: **IVETE MARIA LORENZI**
Secretária Executiva - Res. Nº. 010 de 17 de janeiro de 2017

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

376

RD7

QGD

298